

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O desempenho da economia dos Estados Unidos entre 2001 e 2009. Uma análise empírica.

Vitor Eduardo Schincariol.

Cita:

Vitor Eduardo Schincariol (2009). *O desempenho da economia dos Estados Unidos entre 2001 e 2009. Uma análise empírica.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1027>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O desempenho da economia dos Estados Unidos entre 2001 e 2009

Uma análise empírica

Vitor Eduardo Schincariol

Universidade de São Paulo-

Universidade Federal de Alagoas

(Brasil)

Resumen

El artículo aborda el desempeño histórico-económico de la economía norteamericana entre los años 2001 y 2009, centrando la atención en los agregados macroeconómicos. Se destacan el aumento de la actividad financiera y el endeudamiento externo como los elementos centrales de la crisis actual. En (3) se realiza un balance entre los niveles estructurales y coyunturales de la actual crisis.

Palabras llave

Economía de los Estados Unidos; crisis; endeudamento externo; impactos en la periferia; ciclos.

1. Introdução

O texto divide-se entre: (1) uma análise do desempenho dos principais agregados macroeconômicos; (2) análise do desempenho das contas do governo federal; (3) a discrepância entre os ganhos financeiros e o desempenho do setor industrial, base da crise atual. Fecha-se (4) com um balanço.

2. O instável desempenho dos agregados macroeconômicos

a) Baixo investimento e alto endividamento

As políticas do governo Bush (2001-2008) seguiram um corte tipicamente liberal, no plano da política fiscal, tributária e regulatória, e imperialista no plano externo. No plano fiscal, o governo incidiu em altos déficits do orçamento federal, como maneira de forçar a economia a um desempenho expansivo; ao mesmo tempo, aumentou os gastos no orçamento militar. No plano tributário, o governo procedeu com um rebaixamento dos impostos sobre os setores mais ricos da sociedade e para as corporações. A política regulatória concedeu liberdade às políticas de empréstimos das diversas casas do sistema financeiro doméstico. Externamente, o governo criou duas guerras: Afeganistão e Iraque. Em suma: tratou-se de mais uma administração republicana. Cabe então inicialmente a verificação empírica do desempenho da economia sob tais preceitos decisórios.¹

Na primeira década do século XXI a economia norte-americana tem mostrado um desempenho ainda mais irregular do produto nacional bruto, com uma recuperação vagarosa da crise de 2001, que deu logo lugar a uma recessão antecipada em relação ao padrão dedutível do ciclo, como a que se vê atualmente. A média de crescimento entre 2002 e 2007 foi de 2,7%, marca pouco animadora

¹ A política econômica está amplamente discutida nos *Economic Report of the President*, que podem ser acessados no endereço eletrônico fornecido na parte final deste excuroso.

face às recuperações recentes, como entre 1983-1989 e 1993-2000, com médias anuais de respectivamente 4,3% e 3,7%. O cenário torna-se ainda mais desanimador se se observa em que bases se deu este desempenho dos agregados, no período considerado.

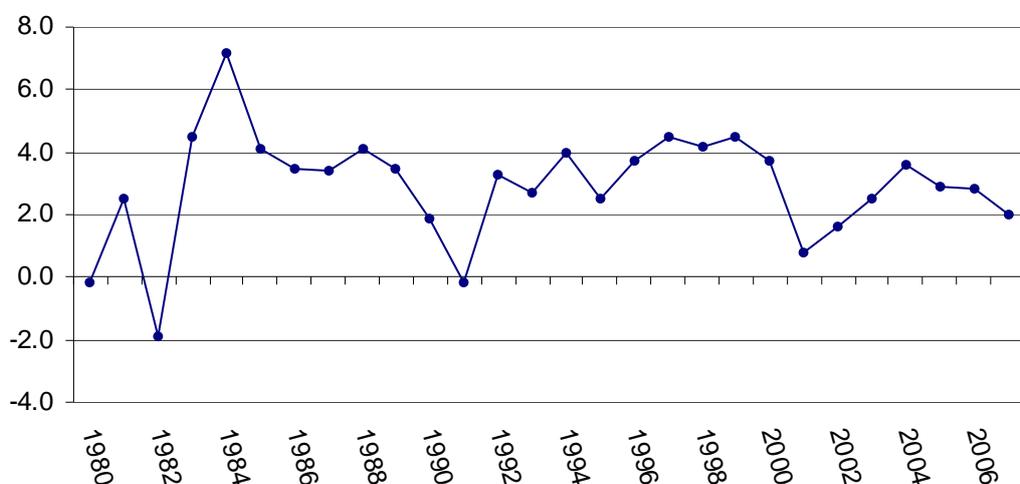


Gráfico 1. Estados Unidos. Variações (%) do Produto Nacional Bruto. 1980-2007. Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

Com efeito, tal como mostra a tabela abaixo, o PIB *per capita* mostrou variações positivas desde 2000, saindo de 46.000 mil dólares em 2000 para 59.000 dólares em 2007. Aparentemente, a economia apresentou um desempenho satisfatório, lido por este indicador econômico. Mas, se se passa à leitura de outros indicadores mais objetivos (o PIB *per capita* é uma mera convenção), torna-se difícil entender como se obteve um resultado tão alvissareiro. Quer dizer, como foi possível à economia norte-americana manter o crescimento de sua renda média, mediante a manutenção de uma taxa de formação de capital fixo estacionada entre o intervalo de 3-3,5% do produto, com o consumo das famílias absorvendo constantes 70% do produto interno bruto, e com saldos negativos de balança comercial, que se arrastam desde os anos (19)70? Pode uma economia crescer sem investir?

Abaixo estão as marcas de investimento fixo, consumo das famílias, gastos do governo federal e saldo de balança comercial. Logo se nota que, como já observava Galbraith, a participação do Estado na economia é tão grande que não se pode falar rigorosamente numa separação, do ponto de vista dos componentes da demanda agregada, em sua diferença para com o setor privado. O governo federal gasta diretamente 20% da renda nacional, e a acumulação de capital fixo (privado), apenas 3%, em média, do produto interno bruto. Como tem sido possível então o

aumento da opulência norte-americana, ainda a economia mais rica do planeta, com índices tão baixos de investimento, que há mais de dez anos não ultrapassam 4% da renda nacional?

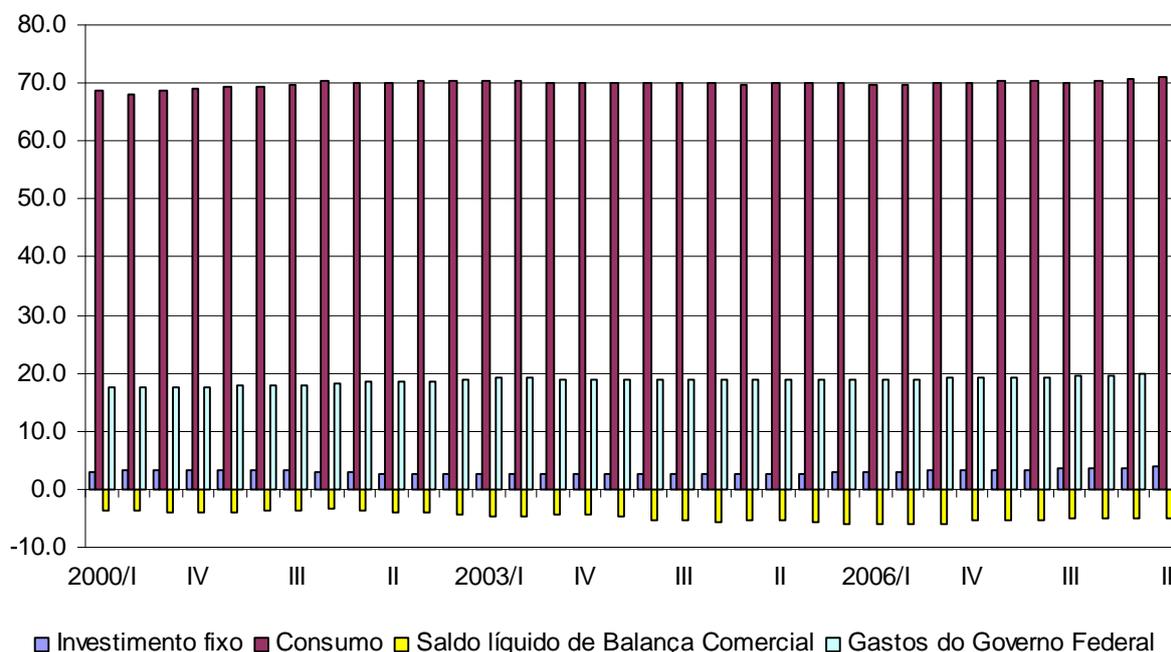


Gráfico 2. Estados Unidos. Gastos em porcentagens do PIB. Fonte: BEA.

Primeiramente, isto ocorreu basicamente mediante um crescimento da população de 1,09 vezes, para um crescimento do produto interno bruto de 1,4 vezes. O movimento demográfico de longo prazo sinaliza mais um elemento que indica a condição de estagnação. O número de crianças baixa progressivamente e o de idosos cresce. A porcentagem de crianças com menos de 5 anos na população norte-americana era de 9% em 1929, e estava em 6% em 2007, ao passo que a de idosos aumentou de 5% a 12%, no mesmo período. Logo, o perfil do movimento demográfico assinala uma tendência mais ou menos consolidada de aumento da população economicamente improdutiva.

Mas para que se desse tal crescimento do PIB, com uma baixa taxa de formação de capital e assim, em última instância, uma estagnação da demanda efetiva, oriunda das condições domésticas, a saída tem sido elevar ainda mais rápido o endividamento externo herdado dos anos (19)80. O comportamento acelerado do endividamento externo foi tamanho que a dívida externa total acumulada, em proporção do PIB, pulou de 77% em 2000 a casa de 145%, em 2007. Quer dizer, houve 2,65 vezes de crescimento do endividamento externo quando desde 2000, comparado com um crescimento do produto de 1,4 vezes. Ora, isto está longe de ser um desempenho satisfatório

dos “fundamentos”. Isto significa que a economia internacional tem sustentado a economia norte-americana, que por sua vez recicla parte de tais empréstimos em forma de importações.

Anos	População (milhares)	PIB (bilhões de US\$)	PIB <i>per capita</i> (unidades de US\$)	Endividamento externo (bilhões de US\$)
2000	211.577	9.817	46.000	7.569
2001	215.092	10.128	47.000	8.177
2002	217.570	10.469	48.000	8.687
2003	221.168	10.960	49.000	9.724
2004	223.357	11.685	52.000	11.586
2005	226.082	12.421	54.000	13.886
2006	228.815	13.178	57.000	16.607
2007	231.867	13.807	59.000	20.081

Tabela 1. Estados Unidos. População, PIB, PIB *per capita* e dívida externa acumulada com o exterior no fim de período. População em milhares, PIB *per capita* em dólares, e PIB e dívida em bilhões de dólares correntes. Fonte: *Economic Report of the President* de 2009.

De fato, desde a abertura de processo de endividamento externo no fim da década de (19)70, a economia tem funcionado no limite do que o desempenho macroeconômico pode oferecer, com exceção da balança comercial, que mostra tendência estrutural ao déficit devido ao papel do dólar no mundo. O trajeto da poupança das famílias desde 2000, continuando a tendência herdada desde os anos (19)80, indica que não havia mais, praticamente, formação de poupança líquida por parte das famílias norte-americanas em 2007. Esta somava 158 bilhões de dólares em 2000 – uma taxa bastante pequena – e estava em 2007 a 38 bilhões de dólares. Logo, a capacidade de consumo tem sido aproveitada ao máximo. Na verdade, um alto nível de endividamento doméstico foi visto em todos setores. A dívida total de mercado dos setores domésticos não financeiros (que abarcam os governos federal, locais e estaduais, assim como todos os setores privados não-financeiros) era em 2007 de 31 trilhões de dólares. Em Maio de 2008, 32 trilhões. A poupança líquida das famílias em 2007 era de irrisórios 57 bilhões de dólares.

Isto é uma conseqüência, dentre outros, de o crédito bancário, no período considerado, ter aumentado com notável rapidez. Ele somava 51% do produto em 2000, e estava a 63% em 2007. O

crédito bancário, por sua vez, não pode ser enfocado sem que se tenha em mente a perspectiva de que são os Estados Unidos o grande centro financeiro da economia mundial hoje. A economia encontra-se cada vez endividada no exterior, devendo, ao todo, ativos aos estrangeiros no total de 1,15 vezes o PIB, ou mais exatamente 15.155 bilhões em 2006. Assim, mesmo consumindo e investindo cada vez mais com recursos estrangeiros – o que permite alargar a capacidade de consumo e investimento domésticos – o desempenho da economia, à luz da história recente, tem sido cada vez pior. Como evitar o fato de que há uma tendência para a estagnação?

		Ativos estrangeiros		Déficits orçamentários	Dívida federal total	Crédito bancário em
	PNB	na economia (total acumulado)	Poupança das famílias	federais (superávits têm sinal positivo)	detida pelo público	todos os bancos comerciais
1999	9.268	6.740	158.6	125.6	3.409	4.762
2000	9.817	7.619	168.5	236.2	3.319	5.221
2001	10.128	8.228	132.3	128.2	3.540	5.423
2002	10.469	8.740	184.7	-157.8	3.913	5.886
2003	10.960	9.783	174.9	-377.6	4.295	6.259
2004	11.685	11.551	181.7	-412.7	4.592	6.805
2005	12.433	12.682	32.5	-318.3	4.829	7.514
2006	13.194	15.115	70.7	-248.2	5.035	8.349
2007	13.807	20.081	57.4	-162.0	5.420	9.206
Estimativa para 2008	-	-	-	-454.8	5.958	-

Tabela 2. Estados Unidos. Dados selecionados. Em bilhões de dólares correntes. Fonte: *Economic Report of the President*, 2008 e 2009.

As baixas perspectivas de crescimento podem ser vistas na estagnada taxa de investimento em capital fixo em proporção do PIB, que está no mesmo patamar há dez anos. O cenário é ainda mais desalentador, porém, porque parte importante deste investimento atribui-se a investimentos residenciais, que não elevam a capacidade produtiva. Com exclusão dos investimentos residenciais,

a taxa de investimento em capital fixo sobre o produto caiu de 12% a 10% de 1999 a 2006, oscilando próxima da marca de 9% entre 2003 e 2006. A análise da distribuição setorial do produto mostra aprofundamento da tendência à financeirização, a indicar saturação de oportunidades lucrativas nos setores da assim chamada “economia real”. Há queda tendencial da acumulação produtiva. A inversão financeira obtém hoje as maiores taxas de remuneração, e o aumento da discrepância entre o setor financeiro e os setores de serviços e industriais é o grande pano de fundo da atual crise.

Anos	Investimen to fixo	Investimen to fixo não- residencial	Investimen to fixo não- residencial sobre o PNB	Gastos federais totais	Gastos federais com defesa	% dos gastos com defesa do total de gastos federais
1999	1.558	1.133	0.12	578.8	372.2	0.64
2001	1.679	1.232	0.12	612.9	370.3	0.63
2002	1.646	1.176	0.11	679.7	384.9	0.64
2003	1.571	1.066	0.10	756.4	413.2	0.64
2004	1.649	1.077	0.09	825.6	449.1	0.65
2005	1.831	1.154	0.09	875.5	475.2	0.66
2006	2.041	1.272	0.10	932.2	482.4	0.66
2007	2.162	1.397	0.10	979.3	491.5	0.66
2008	2.134	1.503	0.10	-	-	-

Tabela 3. Estados Unidos. Dados selecionados. Em bilhões de dólares correntes. Fonte: *Economic Report of the President*, 2008.

b) Política econômica

Assumida a administração Bush, tratou-se de eliminar os superávits orçamentários obtidos na era Clinton. Não soa estranha a discrepância entre o discurso republicano de conter os déficits orçamentários e as necessidades “objetivas” de acelerar os gastos do governo quando o

comportamento do produto é mais errático do que a previsão otimista ou mística pinta. Neste sentido, o déficit orçamentário do governo federal, entre 2002 e 2006, cresceu 1.57 vezes, contra um crescimento de 1,26 do PIB. Por sua vez, tal estratégia do governo tem sido construída com base num forte movimento de inversão da indústria de guerra, onde quase 70% dos gastos públicos destinam-se à “defesa”. Não é de admirar-se então que os Estados Unidos continuem na vanguarda das descobertas tecnológicas e militares de nosso tempo, mesmo diante das dificuldades estruturais de sua economia.

Como se vê abaixo, a contrapartida da queda dos impostos pela administração de Bush entre 2001 e 2008 – onde ganham os ricos e o capital – foi contrabalançada por um aumento dos déficits orçamentários. Com o fim do ciclo de crescimento da “nova economia” depois de 2001, e a entrada num patamar de crescimento mais baixo, houve aumentos dos gastos com defesa. Estes, sob o sabor de novas vitórias para o complexo industrial-militar, saíram de um patamar de 14% em 2000 para 24% do orçamento federal e 2007. Particularmente, a dívida acumulada em dólares do governo federal – interna e com credores internacionais – aproximava-se de um valor de quase 70% do produto interno bruto.

	Orçamento do governo federal	% do orçamento sobre o PIB	Déficits federais	Defesa	% dos gastos de Defesa sobre orçamento	Dívida Federal Acumulada
2000	2.025	0.20	236	294	14%	5.628
2001	1.991	0.19	128	304	15%	5.769
2002	1.853	0.17	-157	348	18%	6.198
2003	1.782	0.16	-377	404	22%	6.760
2004	1.880	0.16	-412	455	24%	7.354
2005	2.153	0.17	-318	495	22%	7.905
2006	2.407	0.18	-248	521	21%	8.451
2007	2.568	0.18	-162	552	21%	8.950
2008 ¹	2.552	-	-454	624	24%	9.623

Tabela 4. Estados Unidos. Contas seleccionadas do orçamento federal. Em bilhões de dólares correntes. Fonte: *Economic Report of the President* de 2009.

¹ Estimativa.

Por outro lado, e modo sintomático, as autoridades, além de permitirem um aumento do endividamento do governo face ao público, iniciaram uma inédita rodada de monetização da dívida para enfrentar a gigante liberalização e garantia de recursos a praticamente todos os agentes da economia: corporações, sistema financeiro, e por decorrência, famílias endividadas. O Fed passou a emitir dólares franca e abertamente, depois de um período de estabilidade deste agregado fundamental.

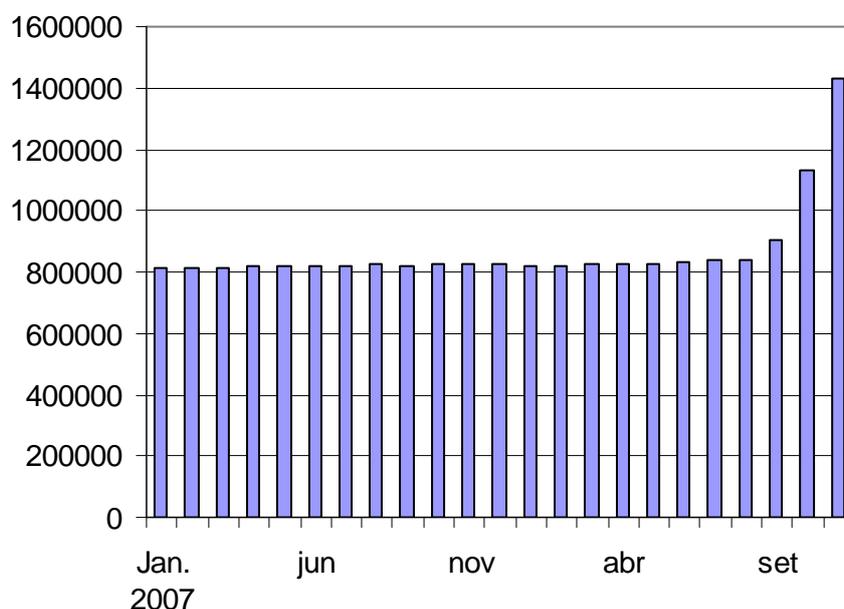


Gráfico 3. Estados Unidos. Base monetária. Em bilhões de dólares. Fonte: *Economic Report of the President* de 2009.

Em um trimestre, a base monetária cresceu quase 50%. O que há é um correlato aumento da dívida do Tesouro norte-americano, para salvar empresas e bancos quebrados, e indiretamente estabilizar os índices de despejo. Tal traço de aumento rápido da base monetária é um diferenciador da crise contemporânea. Junto do déficit orçamentário que aumenta a um dimensão não vista na história recente, a base monetária cresceu de forma veloz. A propriedade privada agora se confunde com a pública, com os salvamentos e intervenções.

Logo, a economia assiste a uma maximização do consumo das famílias, do déficit orçamentário e da dívida pública, e também das demandas militaristas, mas é incapaz de conduzir o

produto a novas rodadas de acumulação que permitam uma queda do endividamento com o mundo. Tal se mostra o último recurso de sustentação do crédito e da demanda agregada, assim como o porto-seguro de onde o governo norte-americano fazer crescer sua dívida mais velozmente do que o produto doméstico.

c) Dólar e exportações

Nota-se que o dólar vem mantendo bastante estabilidade face ao euro, valorizando-se, inclusive. Valorizou-se face ao iene justamente nos períodos de crise de 2001 e agora de 2007, o mesmo dando-se para o euro. Quer dizer, a taxa de câmbio para os Estados Unidos cai justamente nos períodos de crise, o que denota até aqui a continuidade da hegemonia do dólar. A garantia do governo norte-americano ao “público” de que suas obrigações em dólar serão mantidas é um dos elementos da política do país para assegurar a continuidade do endividamento externo, e, em decorrência disto, para evitar perdas em valor via desvalorizações cambiais. Neste caso, o que se perde em volume de exportações se ganha, em parte, com a manutenção do valor da moeda e da desvalorização relativa das importações norte-americanas, cotadas nas outras respectivas moedas nacionais.

Anos	Euros por dólar	Ienes por dólar
1999	1.06	113.73
2000	0.92	107.81
2001	0.89	121.57
2002	0.94	125.22
2003	1.13	115.94
2004	1.24	108.15
2005	1.24	110.11
2006	1.25	116.31
2007	1.37	117.76

Tabela 5. Estados Unidos. Taxa de câmbio: euros por dólar e ienes por dólar. Fonte: *Economic Report of the President*, 2008.

Mas as constantes perdas no comércio exterior representam menor produção física local. Além da saturação das oportunidades de investimento doméstico, maiores movimento acumulativos são desestimulados porque o setor exportador norte-americano sofre as vicissitudes da política do dólar forte. Esta existe (i) pela necessidade das autoridades de manterem o endividamento externo como medida estabilizadora do comportamento do produto e (ii) como decorrência das opções acumulativas das autoridades monetárias internacionais e dos setores dominantes nas áreas periféricas em deter o dólar como a principal divisa de reserva. Os déficits da balança comercial não podem ser impedidos nem nos momentos em que o dólar se mostra mais desvalorizado.

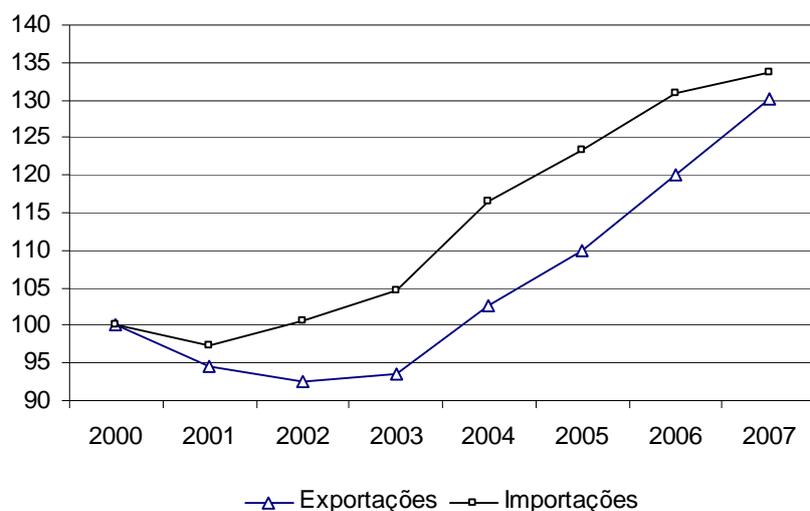


Gráfico 6. Estados Unidos. Exportações e importações de bens e serviços (2000 = 100%). Fonte: BEA.

3. Discrepância entre finanças e setor produtivo

Não pode haver uma contínua discrepância entre os ganhos financeiros e os ganhos reais sem que ajustamentos periódicos se dêem, que permitam reorganizar a base sobre o qual estes são permitidos. No caso da atual crise, a discrepância é clara: empréstimos que não podem ser pagos porque a taxa de crescimento da velocidade da concessão de crédito ultrapassou a taxa de crescimento sob a qual o produto permite que ela exista. Logo, as flexibilizações das concessões de crédito, diante de um produto que não cresce, levaram necessariamente a: (i) perda de parte dos

empréstimos concedidos, consumidos sem que fossem pagos; (ii) conseqüente diminuição do crédito, com impactos negativos diretos sobre o volume de consumo e inversões correntes; (iii) intervenções corretivas em alta escala por parte da ingerência pública, com decorrente aumento do déficit fiscal e da participação do Estado economia. Diante do maciço grau de intervenção do Estado para debelar a crise, desapareceu completamente a demanda liberal de uma economia governada por forças eminentemente privadas.

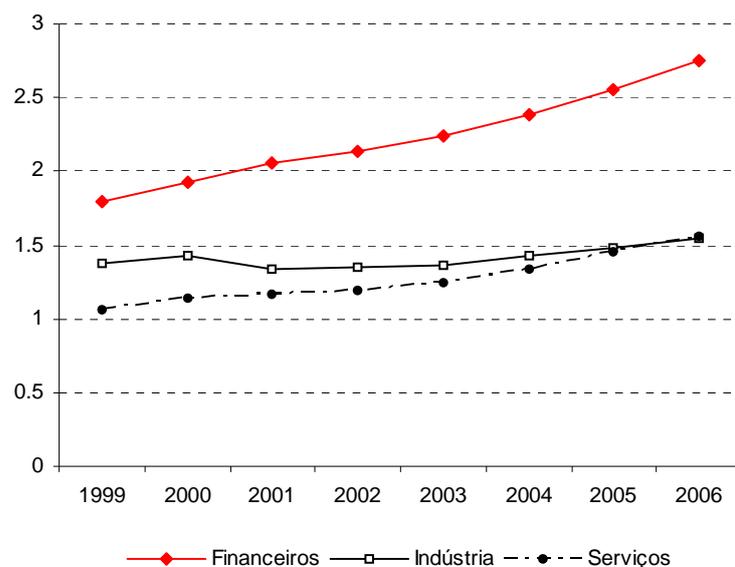


Gráfico 7. Estados Unidos. Distribuição setorial – participação dos setores industriais, financeiros e de serviços no produto nacional bruto, em trilhões de dólares correntes. Fonte: *Economic Report of the President*, 2008.

A saturação do extenso setor industrial norte-americano, expressada nos diferenciais de ganhos face ao setor financeiro, e, numa extensão maior, face aos mais baixos custos em regiões da economia internacional, é o pano de fundo que explica a dificuldade de a economia recuperar-se da viragem iniciada a partir de 2008. Esta situação tem conduzido a economia norte-americana à continuidade da queda da acumulação produtiva em relação à economia nacional, com exceção do hiato entre 1994-2000, onde se pensava que, pelo crescimento passageiro dos investimentos ligados à tecnologia da informação, a economia pudesse “surpreender”.

Abaixo se mostra a relação dos lucros industriais e dos financeiros (incluindo bancos da Reserva Federal) com os lucros totais da renda nacional, segundo a Tabela B-9, *Corporate Profits by*

Industry, 1959-2008, do *Economic Report of the President* de 2009. Na verdade, o cômputo dos lucros industriais face ao total dos lucros corporativos privados era, em 2007, menos da metade do que tinha sido em 1980. Chegou a ser apenas 6% dos lucros totais após a crise de 2001. Nenhuma economia pode objetivamente crescer mais se o principal setor responsável pela formação bruta de capital apresenta queda consolidada. O crescimento rápido dos ganhos financeiros mostra só demonstra então que quando o palhaço salta livre do alto, o tombo deverá ser grande.

	Lucros da indústria sobre lucros totais (%)	Lucros financeiros sobre lucros totais (%)
1980	36	16
1985	32	17
1990	28	31
1995	26	24
2000	18	26
2001	07	31
2002	06	36
2003	08	35
2004	13	29
2005	15	28
2006	16	26
2007	17	24

Tabela 6. Estados Unidos. Lucros da indústria e lucros do setor financeiro (inclui bancos da Reserva Federal) em relação aos lucros totais da renda nacional. Fonte: *Economic Report of the President* de 2009.

As variações das inversões em capital fixo são uma boa medida do comportamento macroeconômico. Numa economia de mercado moderna, as inversões em capital fixo não apenas determinam a taxa de crescimento, mas são influenciadas por outras variáveis, como, por exemplo, uma queda no mercado acionário e sua conseqüente queda no consumo das famílias, que traz à tona forças desacumuladoras. A levar então a sério as variações nas taxas de inversão em capital fixo como um indício do comportamento de outras variáveis da economia como um todo, e não apenas como variáveis auto-determinantes, pode-se prever um padrão de nítida queda em suas variações percentuais para o período 2007-2010, a partir do perfil cíclico passado. Pode-se então

estimar que a atual crise, iniciada em 2007, irá arrastar suas conseqüências até aproximadamente o fim de 2010.

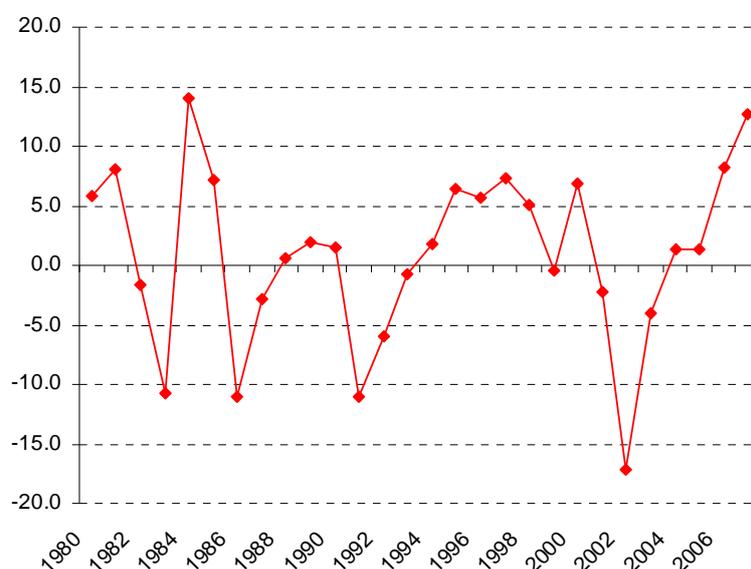


Gráfico 8. Estados Unidos. Investimentos privados em capital fixo, em variações percentuais (2000 = 100%). Fonte: BEA.

O aumento da taxa de endividamento externo relaciona-se com a queda dos investimentos após a crise de 2001 de forma a assegurar o fluxo de demanda agregada e um crescimento do PIB *per capita*. A queda da inversão no setor industrial leva a um aumento mais que proporcional dos ganhos financeiros sobre os lucros totais, que chegam a 40% dos ganhos totais. Ao mesmo tempo, ainda que tenha havido a recuperação após 2003, os lucros industriais não tinham retornado ao patamar mais alto de 2000. “Os rentistas gozam de uma vida muito mais cômoda numa economia estagnada (sempre que seus lucros não levem ao extremo de causar bancarrotas) do que numa economia de crescimento rápido”.²

4. Ciclos e estagnação

A recessão atual coloca automaticamente o problema da dimensão da recuperação. Acerca da recuperação de uma recessão, Joan Robinson observou, em seu *A Acumulação de Capital*:

² ROBINSON, Joan. *A Acumulação de Capital*, p.277.

“De acordo com um primeiro, a recuperação provém, por assim dizer, do próprio sistema, porque a contração da capacidade com relação à demanda recria uma situação favorável à inversão. De acordo com o segundo, o poder interno de recuperação é muito débil para sobrepor-se ao choque da recessão e a regularidade aparente do ciclo é acidental, e tão somente se deve ao fato de que, até agora, sempre se tem apresentado algo que tem causado a recuperação depois que uma depressão ocorreu, ainda mais depois de tantos anos. [...] Parece pouco provável que o futuro proporcione um experimento chave para resolver a disputa, porque atualmente os povos e os governos ganharam consciência do problema da instabilidade, e é provável que se tome uma ação deliberada para frear uma recessão ou curar a depressão muito antes de que os observadores interessados tenham tido a oportunidade de ver se a recuperação ocorreria no caso de que se permitisse ao sistema seguir seu curso natural.”³

De fato, as posições não são auto-excludentes. Existe de fato um padrão cíclico dedutível do produto nacional bruto. Mas o padrão é rompido aqui e ali por eventos novos e inesperados, e que extrapolam a total capacidade de previsão das autoridades, tendo estas de atuar, assim, *ex post facto*. No caso dos Estados Unidos, vê-se que o comportamento do produto nos últimos trinta anos tende talvez a favorecer o primeiro ponto de vista. Relembrando os pontos de viragem ao longo deste período – quais sejam, as crises de 1980-1982; de 1990-1991; a de 2001; e a atual, que começa em 2007 – percebe-se, com exceção da crise atual, uma regularidade de dez anos, aproximadamente, entre uma recessão e outra. Quer dizer, um movimento cíclico de quedas e ascensões baseadas num mecanismo endógeno, a gerar movimentos periódicos.

Porém, a abertura da atual crise foge ao padrão cíclico dedutível, tendo ocorrido seis anos, e não dez, depois da última recessão. Neste sentido, a análise dos elementos que desencadearam tais crises pode reforçar a segunda posição elencada por Robinson, porque elas tiveram raízes distintas. Não foram provocadas por meras recuperações cíclicas a partir de forças desacumulativas anteriores, mas sim por eventos aleatórios. A crise de 1980-1982 foi causada pelo impacto conjunto da crise do petróleo, da queda das taxas de lucro e do aumento dos juros. A crise de 1990-1991 teve como elemento explicativo principal a crise do sistema *Savings&Loan*. Em 2001, foi a bolha acionária a desencadear a queda. E, na atual conjuntura, a crise iniciou-se pelo excesso de empréstimos concedidos pelo sistema financeiro.

Aparece como claro que as origens das crises que desembocaram em variações cíclicas do PIB são de natureza diferente. O choque do petróleo é diferente das induções a partir da política

³ *A acumulação de capital*, p.224.

econômica etc.. E se são de naturezas diferentes, são aleatórias. Sendo aleatórias, não hão de surgirem com regularidade temporal, assumindo particularmente as flutuações do produto nacional bruto a forma de manifestações dos encadeamentos. Neste caso, as variações do produto deixam ver que o que se pode esperar dela é que vão haver necessariamente flutuações, embora não se saiba quais suas origens de antemão. Isto não significa, é claro, que outras variáveis menos agregadas possam apresentar uma regularidade maior. É que, justamente, os dados de produto nacional, sendo os mais agregados de todos, é que vão concentrar todos os fatores aleatórios numa só série histórica, fazendo com que apresente naturalmente uma maior variação.

É provável ser baixa a capacidade de maiores taxas de crescimento futuras da economia norte-americana, à luz de um já baixo crescimento. E isto mesmo nas condições de: (i) ter sido rebaixada ao limite a poupança das famílias; (ii) ter sido esgarçado de novo o déficit orçamentário federal; (iii) ter sido alargado ainda mais o endividamento externo da economia; (iv) ter crescido rapidamente a malha de financiamento doméstico.

De fato, a trilha de um desempenho mais saudável é difícil. Para obtê-lo, dever-se-ia primeiramente exercer sobre o sistema financeiro uma ação regulatória que restringisse suas ações de expansão máxima e desordenada. Em segundo lugar, a fração do consumo deveria ser diminuída, em favor de mais investimentos. O comércio exterior deveria buscar um fim dos resultados negativos, que dependeriam no limite de uma queda do endividamento externo. O problema é como reativar os investimentos e exercer um controle do sistema financeiro com a situação estrutural dada no início deste texto. Os investimentos produtivos deslocam-se para fora dos Estados Unidos devido a custos menores, uma taxa da renda das famílias para diminuição do consumo é politicamente difícil, os saldos comerciais negativos são a contrapartida do endividamento externo, e a taxa de endividamento doméstico das famílias resulta, em parte, da atuação deste sistema financeiro desregulado e selvagem. Mesmo com uma recuperação cíclica, que virá cedo ou tarde, ter-se-á uma frágil base de condução econômica, numa estrutura que se adequou ao consumo e que se recusa a diminuí-lo.

É impreciso afirmar que o consumo norte-americano é o “motor” da economia mundial. Na verdade, o motor da economia mundial é a aplicação improdutiva de seu próprio excedente na forma de consumo das famílias norte-americanas, excedentes tais que *não* se transformam em saldos negativos na balança comercial. Se isto ocorresse, não haveria aumento líquido do endividamento, o que significa que a economia norte-americana consome internamente mais do que compra do exterior. Os fundamentos macroeconômicos estão desalinhados quando a taxa de investimento e consumo é maior do que a poupança, durante quase trinta anos. A sua expressão fundamental é o aumento do endividamento externo.

Não há perspectivas de que a economia norte-americana apresente um crescimento acima da decrescente média histórica, mesmo depois de recuperada a crise em meados de 2010. Esta quase-estagnação expressa um conjunto de forças operativas – (i) baixas taxas relativas de rendimento dos empreendimentos produtivos face aos outros setores, principalmente os financeiros; (ii) queda na participação no PNB de tais setores industriais pela atuação dos preços relativos; (iii) perdas de posições no mercado internacional dos exportadores norte-americanos – que não podem ser manipuladas com inteiro sucesso pela política econômica, pois atendem a aspectos estruturais referentes ao papel do dólar no mundo.

Um comentário sobre os impactos na periferia capitalista. Uma crise que não leva a alterações qualitativas na situação do comércio e das finanças internacionais, mas sim apenas a quedas nos índices de vendas e de movimentações financeiras, não aparece à periferia como uma situação alvissareira (diferentemente dos anos (19)30. A crise se torna um peso adicional, ainda mais quando as autoridades não manejem políticas que contornem os referidos impactos negativos. Neste sentido, se não se ocupam os espaços gerados por ela, “quanto mais crise, pior”. A crise norte-americana é assim manejável por suas autoridades e prejudicial à periferia. Não leva a alterações fundamentais das relações entre os dois grandes blocos de economias no mundo, mas antes leva a maiores induções negativas nos mais pobres, nos quais parte do fardo é descarregado. A crise dará lugar a uma futura recomposição do produto norte-americano, com alguma ascensão cíclica, mas deixará para trás mais uma rodada de prejuízos à periferia, pela dependência da exportação de primários.

A literatura e a experiência fornecem as ferramentas metodológicas necessárias o planejamento econômico. Para isto, porém, exigem-se medidas econômicas politicamente difíceis de levarem-se à frente, que apenas um conjunto organizado de forças sociais interessadas na mudança social poderia exercer. Bater-se-ia de frente – pelo menos inicialmente, pois uma política anti-cíclica leva a mais investimento, mais consumo, e mais lucros etc.. – com os interesses das classes rentistas, dos grandes oligopólios e do sistema financeiro. Estes veriam suas transações em divisa forte cerceadas e seus lucros em juros em queda, pelas seguintes políticas: (a) maior controle dos fluxos internacionais de capital; (b) uma distribuição mais igualitária da renda nacional, com elevações dos salários reais; (c) uma política de comércio exterior mais favorável aos ganhos domésticos, com restrições quantitativas à produção e à política de formação de preços; assim como (d) uma política cambial mais ativa, rumo a alguma variante do câmbio fixo ou múltiplo; (e) queda substancial da remuneração ao capital financeiro, com diminuição do superávit primário e dos juros reais.

FONTES DOS DADOS:

(a) Para economia norte-americana:

Bureau of Economic Analysis: www.bea.gov

Economic Report of the President: <http://fraser.stlouisfed.org/publications/ERP/>.

(b) Para economia brasileira:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: www.ipeadata.gov.br

Jornal Folha de São Paulo: www.folha.com.br

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- BARBOSA, Wilson do Nascimento. A Corrente Estruturalista-Keynesiana de História Econômica. In: Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE) número 16. ISSN: 1807-2674. São Paulo. Janeiro de 2009.
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil*. Rio de Janeiro. Ed. Record. 2001.
- DENT Jr., Harry S.. *The Great Depression Ahead*. Free Press: New York. 2009.
- DUNCAN, Richard. *The Dollar Crisis*. Singapura: John Wiley&Sons (Asia). 2003.
- EINHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Editora 34. 2002.
- FIORI, José Luis (org). *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- MANDEL, Michael. *Depressão.com*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.
- ROBINSON, Joan. *La acumulación de capital*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica. 1976.
- SHAIKH, Anwar. *Valor, acumulación y crisis*. Ensayos de economía política. Buenos Aires: Ediciones RYR. 2006.
- SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. *Ensaio sobre economia dos Estados Unidos*. São Paulo: LCTE. 2009.
- SOUZA, Luis Eduardo Simões de e SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. SOUZA. Notas sobre o governo Lula: 2003-2005 – por uma política macroeconômica alternativa. Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Vitória (ES). Junho de 2006. Disponível em <http://nepheusp.googlepages.com>
- SOUZA, Luis Eduardo Simões de, ALMEIDA, Julio Gomes de, e SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Notas sobre o estudo das crises na análise econômica e histórico-econômica: o caso recente dos EUA. XIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. João Pessoa (PA). Maio de 2008. Disponível em <http://nepheusp.googlepages.com>
- SOUZA, Luis Eduardo Simões de. *A economia dos Estados Unidos*. São Paulo: LCTE. 2009.